


Apresentação do dossiê *Ciência, religião e ensino em Portugal (séculos XVI-XVIII)*

FERNANDA MARIA GUEDES DE CAMPOS* | ANA CRISTINA ARAÚJO ** | HENRIQUE LEITÃO***



* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal
Universidade Nova de Lisboa, CHAM-Centro de Humanidades
 <http://orcid.org/0000-0001-7509-3078>
fmgcampos@netcabo.pt

** Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
 <https://orcid.org/0000-0001-5267-8196>
araujo.anacris@sapo.pt

*** Universidade de Lisboa, Centro Universitário de História das Ciências e da Tecnologia
 <https://orcid.org/0000-0001-8355-9288>
leitao.henrique@gmail.com

Os textos manuscritos e impressos foram essenciais para definir e fixar o universo da cultura letrada. Os homens da Igreja por vocação e formação ligados à escrita e à leitura desempenharam um papel de primeiro plano na conformação da cultura erudita, em especial na Época Moderna. Nos países católicos, por iniciativa do clero, proliferaram as instituições ligadas à elaboração e divulgação do saber: da Teologia à Matemática, da Filosofia à Física, da Astronomia à Música. O alastramento dos estabelecimentos de ensino das Ordens religiosas e de colégios, academias e universidades com forte participação de clérigos originou a criação de redes de comunicação intelectual persistentes, em que a circulação de textos teve um papel primordial no fortalecimento da autoridade de agentes, doutrinas e métodos em diversos domínios de conhecimentos.

A relação entre entidades/instituições religiosas e o ensino consolidou-se, a partir do século XVI, deixando inúmeras provas documentais das ações pedagógicas desenvolvidas, no contexto das universidades e colégios europeus. Mercê desse formidável instrumento que foi a imprensa em caracteres móveis, aquelas instituições puderam desempenhar um papel ainda mais dominante na aquisição, explanação, promoção e difusão do conhecimento. É hoje consensual que a Igreja muito contribuiu para a rápida difusão do livro impresso pela necessidade que tinha de multiplicar os textos existentes e promover o surgimento de outros destinados a facilitar o trabalho de mestres e estudantes.

No mundo católico, ao contrário do que se poderia supor, à partida, os saberes que se produziam no interior das Ordens religiosas nem sempre se ligaram ao universo devoto e a necessidades espirituais. A existência indispensável de uma biblioteca nas casas religiosas, enquanto depósito organizado de obras de autores e temas distintos, constituiu, ao longo dos tempos, um cúmulo de cultura escrita que, nomeadamente, nas casas religiosas mais importantes, servia os membros da comunidade e, em especial, aqueles que escreviam e/ou ensinavam. Nestes espaços separados do exterior pela barreira da leitura, os livros tanto funcionaram como talismã contra adversas doutrinas, como foram fonte de criação e instrumento de aprendizagem. Associados à missão evangelizadora das Ordens religiosas pós-tridentinas também viajaram, nos porões dos navios que cruzaram os mares, transportando saberes especializados e de ponta e favorecendo a troca de ideias e a comunicação de conhecimentos e técnicas, à escala global. Abarcando motivos que relacionavam a terra e o céu e versando diversas matérias, que iam da espiritualidade ao domínio do mundo conhecido, os textos, produzidos em caracteres móveis ou fixados em folhas manuscritas por religiosos e leigos, circularam por toda a parte, sedimentando filiações intelectuais e expandindo redes de observação e de produção de conhecimento em todos os continentes.

Deste modo, os saberes que se criaram e construíram em lugares e espaços profundamente heterogêneos, onde se agrupavam distintas experiências individuais e diversos projetos intelectuais, rapidamente extravasaram o perímetro socio-religioso, revelando sincronias com os poderes e o serviço aos Reis e às respectivas Cortes que é importante conhecer.

Sob um prisma estritamente pedagógico, as instituições religiosas foram, de facto, um dos eixos centrais a partir dos quais podemos compreender os diversos graus de comprometimento com aquela que foi vista como a principal tarefa da Igreja pós-tridentina: *formar*. Devemos, ainda, lembrar que a separação entre "homens de letras" e "homens de ciência" não é uma realidade óbvia no decurso da Época Moderna. Para esses homens, clérigos ou leigos, os saberes ligados, por exemplo, à Filologia não se limitavam à Literatura, à Poesia, à História ou à Filosofia moral. Na verdade, assistimos entre os séculos XVI e XVIII ao progressivo estabelecimento de expressões ecléticas de pensamento onde se cruzavam, por exemplo, a Teologia, o Direito, a Matemática, a Astronomia, a Medicina e outros ramos do Saber, ganhando espaço e produzindo conhecimentos de dimensão prática, técnica ou científica.

De entre as Ordens religiosas que mais se notabilizaram no campo científico e técnico sobressai, especialmente nos séculos XVI e XVII, a Companhia de Jesus. Os jesuítas, graças à sua vasta estrutura internacional e, sobretudo, à atualidade dos debates intelectuais em que se envolveram, acompanharam a exposição das mais

modernas ideias sobre o mundo físico e promoveram observações científicas no campo da Astronomia e da Cosmologia. A partir do famoso *Collegio Romano*, fundado em 1551, discutiram as descobertas de Galileu, fizeram observações astronômicas e tomaram posição nos debates cosmológicos que marcaram a emergência da ciência moderna. Em Portugal, os estudos dedicados à Matemática e à Astronomia foram especialmente cultivados na "Aula da Esfera" do Colégio de Santo Antão, onde lecionaram afamados professores estrangeiros. Os apontamentos dos cursos aí ministrados revelam que os jesuítas cedo preferiram o sistema de Ptolomeu. Não deixando de equacionar as evidências e desvantagens do heliocentrismo de Copérnico, assumiram a defesa do sistema de Tycho de Brahe que tinha a vantagem de não invalidar, liminarmente, a visão geocêntrica fixada pela tradição e sancionada pela Teologia. A par da Astronomia, os jesuítas desenvolveram os estudos matemáticos e introduziram modificações na estrutura dos cursos de Lógica ensinados nos seus colégios.

A perspetiva metafísica e católica enformou o pensamento moderno, sistematizado por homens da Igreja em diferentes campos: da filosofia natural à criação literária, da ética à pedagogia, do jusnaturalismo ao reformismo político. A partir de finais do século XVII, o exercício pedagógico de divulgação da Filosofia Natural e a prática do ensino experimental desenvolveu-se no interior da congregação de S. Filipe de Néri, acabando por se estender, progressivamente, a outras congregações religiosas. Em Portugal, no século XVIII, os padres oratorianos nos seus cursos mostraram-se modernos e simultaneamente apologetas, inovadores no campo do conhecimento do mundo físico e ecléticos em matéria filosófica, mestres na divulgação científica e prosélitos em questões de fé e doutrina.

Elegendo como indicadores de mudança os cursos ministrados nos observatórios e colégios da Companhia de Jesus e as sistematizações posteriormente empreendidas nos campos da Lógica e da Filosofia Natural pelos padres Oratorianos ter-se-á que admitir que não é possível reescrever a História da Ciência sem contar com o contributo fundamental destas duas Ordens da Reforma católica.

Este Dossiê, intitulado "Ciência, Religião e Ensino em Portugal (séculos XVI-XVIII)", foi-nos proposto pelos investigadores Carlos Fernando Teixeira Alves e Maria Luísa Resende, do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (UCP-CEHR) e intentava, na sua génese, constituir uma oportunidade para apresentar estudos de jovens investigadores sobre temáticas diversas que contribuíssem para ilustrar o que foi, por um lado, a apropriação, pelas instituições religiosas, de distintos saberes e práticas consagrados nas formas de Ensino, a que durante séculos se dedicaram, e, por outro lado, a sua relação com os poderes seculares.

Percorrendo, agora, os artigos do Dossiê, sobressai, no campo do estudo das Humanidades, uma clara linha de continuidade mantida pelas classes da Companhia

de Jesus, em Portugal, no ensino da língua grega. A finalidade de edificação espiritual e de formação integral do homem cristão requeriam o domínio do grego e do hebraico, essenciais para a compreensão das fontes do cristianismo. Como explica Maria Luísa Resende (UCP-CEHR), partindo da análise de notas e documentos produzidos no interior da Companhia de Jesus e destinados a normalizar o acesso a obras ou fragmentos textuais de origem helénica, a fidelidade à ortodoxia católica foi uma preocupação constante nos colégios da Ordem. Apesar das indicações contidas na *Ratio Studiorum* e na coletânea publicada em 1583, os catálogos das aulas de Coimbra, Évora e Lisboa e as anotações em livros em grego existentes em inventários de livrarias jesuítas, a merecerem estudo atento, conforme sublinha a autora, revelam uma certa liberdade no manejo de obras e no recurso a autores antigos, utilizados no estudo da língua grega pelos jesuítas.

Sem registo de autoridade, mas conferindo ao livro de feitiçaria uma carga similar de sacralidade, o artigo de Francisco Malta Romeiras (CIHCT-UL), com o título *Singularidades de um feitiçeiro dissimulado: O processo de Francisco Barbosa na Inquisição de Lisboa (1608-1610)*, põe em evidência o peso esmagador do saber divinatório nos tempos modernos e a situação marginal dos acusados de práticas e leituras mágicas. Através de um estudo de caso inserido num universo cultural e social bem especificado, o autor “pretende suscitar uma reflexão mais abrangente sobre a compilação de encantamentos como contraponto à prática piedosa de coligir citações bíblicas e patrísticas em lugares-comuns, através da introdução do conceito de *sortilegia*”.

O inquérito proposto tem a vantagem de deslocar a acusação de posse de um livro de feitiçaria e dos malefícios nele contidos para o terreno da simulação de um poder temível, manipulável e suscetível de acusação inquisitorial. Note-se que, contrariamente ao que foi observado na maioria dos países europeus, em Portugal a repressão da feitiçaria não atingiu proporções socialmente alarmantes. Comparativamente, foram escassos os processos dos tribunais da inquisição de Lisboa, Coimbra e Évora, entre 1600 e 1774, e pouco frequentes as condenações e execuções por bruxaria. Simultaneamente, a produção de tratados de demonologia também não revestiu uma expressão significativa em terras lusas. Em grande medida, porque as elites intelectuais, com relevo para os elementos do clero, sempre desvalorizaram os elementos identificadores da feitiçaria. Porém, nos julgamentos por acusações de bruxaria, a preocupação da existência de um pacto explícito ou implícito com o demónio nunca deixou de estar presente na mente dos inquisidores. Neste quadro, a análise proposta tem um duplo interesse, na medida em que evidencia que o domínio da escrita, patente na acusação de posse e manipulação de um cartapácio com encantamentos, feitiços e superstições aparece associada à coleta de objetos mágicos e à formação de uma pequena

teia de cumplicidades que patenteiam a licitude de certas práticas e o carácter sacrílego de outras.

O domínio da crença foi também um terreno fértil para o enraizamento, através de uma invulgar produção impressa e de uma rica elaboração imagética, de ensinamentos de Física, Mecânica e Filosofia Natural. Num universo criado por Deus, o diálogo com a transcendência não se processou à margem da ciência. A linguagem matemática e os dispositivos instrumentais inventados para alargar o campo de observação da natureza e aproximar os astros da visão e da compreensão do Homem ligaram a contemplação à ação, forjando uma linha de compromisso indestrutível entre a devoção e a espiritualidade católica e a decifração dos enigmas da física. O estudo de Nuno Castel-Branco (University of Oxford), intitulado *Catolicismo e devoção nos primeiros livros de Física em português, 1615-1645*, centra-se, precisamente, na combinação surpreendente de conceitos de Física e experiências de Mecânica, pela primeira vez escritos em português, com ícones religiosos e imagens bíblicas. O manifesto interesse dos jesuítas, obreiros desta forma de comunicação sofisticada e inovadora, na exploração do universo físico acaba, como se demonstra, por estar intimamente correlacionado com motivos e práticas devocionais fortemente enraizados na mente e no coração dos católicos. A cultura religiosa da reforma Católica surge assim no centro da educação científica em Portugal, aspeto que permite alargar substancialmente os campos de indagação da educação e da ciência na historiografia portuguesa.

Neste contexto, são múltiplos os sinais de progressiva abertura e ponderação do sistema heliocêntrico em Portugal no século XVIII. Apesar da aceitação geral entre os matemáticos e astrónomos da Física de Newton e do sistema de Copérnico, observa-se, nas escolas do Oratório, a tendência de manter viva a lição geo-heliocêntrica de Tycho de Brahe. O artigo de Luís Tirapicos (CIHCT-UL) discute os condicionalismos e os pontos fortes da receção das propostas cosmológicas de Copérnico e Tycho de Brahe no meio intelectual português. Deslocando a sua atenção para o interior das classes dos oratorianos, esclarece a autoria do pequeno compêndio utilizado na formação dos congregados, o *Dialogo da esfera celeste e terrestre*, tradicionalmente atribuído ao padre João Chevalier. Demonstra, de forma inequívoca, que o teólogo, historiador e professor de Filosofia Estácio de Almeida foi o autor desse pequeno opúsculo, publicado ainda em 1807. Este texto circulou anonimamente reafirmando a ideia de que o geocentrismo clássico era incompatível com as observações de Galileu. Porém, conservou-se distante do posicionamento epistémico revelado publicamente pelo padre Teodoro de Almeida, no sexto volume da *Recreação Filosófica* (1762), e pelo jesuíta Inácio Monteiro, no segundo volume do *Compendio dos Elementos de Mathematica* (1756), obras fundamentais para o estudo da ciência em Portugal.

A abertura a uma “ciência moderna” teve o seu impacto na reforma da Universidade de Coimbra (1772), por muitos considerada, não sem exagero, o maior empreendimento do programa reformador do ministro de D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. Quando se procedeu à revisão curricular dos cursos universitários procurou-se, após o encerramento da Universidade de Évora, em 1759, silenciar a forte influência jesuítica no campo do ensino e afastar a prevalência, em geral, do magistério religioso na rede escolar elementar e na universidade. Com os estabelecimentos de instrução pública reorganizados, secularizados e colocados sob a tutela do Estado, a imposição de novos conteúdos e métodos de ensino universitário obedeceu, expressamente, ao propósito político de aproximar os conteúdos programáticos das faculdades reformadas e recém-criadas dos principais eixos científicos do Iluminismo. O estudo de Carlos Fernando Teixeira Alves (UCP-CEHR; CHSC-UC) remete-nos para uma reflexão sobre a modernização dos programas e as dificuldades sentidas na sua aplicação prática. Apresenta-nos uma análise comparativa entre o processo que ocorreu na Universidade de Coimbra e o da Universidade de Salamanca. Num contexto que define como Iluminismo Católico, o autor mostra-nos o que foi a necessidade constante de um equilíbrio, por vezes complexo, entre reformadores laicos e religiosos. A escolha da “Relação geral do estado da Universidade de Coimbra” (1777) escrita pelo bispo-reitor D. Francisco de Lemos, como texto seminal, permite-lhe estabelecer um quadro comparativo com o processo reformista da Universidade de Salamanca, concluindo que apenas foi possível uma reforma moderada. Completa, ainda, com uma visão sobre as reformas empreendidas noutros países da Europa, o que permite uma leitura ainda mais contextualizada sobre o processo da Universidade de Coimbra.

O tema do Iluminismo Católico está presente também no artigo de João Francisco Pereira (CEF-UC; UCP-CEHR), dedicado à identificação religiosa de Sebastião José de Carvalho e Melo. A personalidade e ação reformista do ministro de D. José tem sido objeto de bibliografia variada e de não menos múltiplas opiniões. Neste caso, o autor estabelece no início um “estado da arte” onde revisita os que consideraram o ministro como um “agente da Maçonaria” e os que viram nas suas ações um reflexo do pensamento jesuítico. Propõe-nos, então, uma leitura analítica que parte da relação mantida por Pombal, ao longo da sua vida, com instituições religiosas, até ao caminho reformista que empreendeu, salientando a circunstância de ter sido sempre acompanhado por importantes figuras da Igreja que com ele colaboraram ativamente. Recorda, entre outros, Frei Manuel do Cenáculo, Padre António Pereira de Figueiredo e Frei Inácio de S. Caetano cuja influência na reforma cultural e religiosa foi de grande relevância. Também o processo de Pombal é examinado e dele extraiu os argumentos que o próprio aduziu para demonstrar a

sua persistência na fé católica. No contexto do Iluminismo Católico em Portugal, que o autor define e também enquadra no contexto mais vasto do catolicismo setecentista, apresentam-se os seus argumentos fundamentados sobre o que considera ser a dupla matriz religiosa e iluminista de Pombal. Influenciada pelo seu percurso, sobretudo na Áustria, essa matriz permaneceu, como defende o autor, enquanto catalisadora do seu pensamento e ação, em contraponto ao seu suposto pensamento anticlerical.

A terminar esta Apresentação, resta-nos agradecer aos autores pelo entusiasmo e saber com que quiseram contribuir para este Dossiê e ao Centro de Estudos de História Religiosa, na pessoa do seu diretor Paulo Fontes que, desde a primeira hora, acolheu com entusiasmo esta iniciativa. Uma palavra especial de gratidão é devida a Pedro Feliciano, secretário executivo do CEHR, pela dedicação e, não raro, paciência com que acompanhou e dinamizou o processo editorial. Com estes contributos de jovens investigadores esperamos ter valorizado o conhecimento sobre a *Ciência, Religião e Ensino em Portugal (séculos XVI-XVIII)*.

